



Revista Tempo e Argumento
ISSN: 2175-1803
tempoeargumento@gmail.com
Universidade do Estado de Santa Catarina
Brasil

Pereira, Ana Carolina Barbosa
Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História
Revista Tempo e Argumento, vol. 10, núm. 24, 2018, Mayo-Agosto, pp. 88-114
Universidade do Estado de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180310242018088>

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338158055006>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org



Sistema de Información Científica Redalyc
Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Precisamos falar sobre o *lugar epistêmico* na Teoria da História

Resumo:

O debate sobre a geopolítica da produção intelectual tem uma longa e respeitável tradição. Dela participam intelectuais do continente africano, desde o contexto de libertação do jugo colonial (décadas de 1950-1970), intelectuais que integram os paradigmas pós-colonial, decolonial e, mais recentemente, as chamadas teorias ou epistemologias do Sul. Mas se a questão da geopolítica de produção do conhecimento é amplamente conhecida no cenário das teorias sociais, existe um contraste em relação ao campo da Teoria da História. Seria possível dizer que a Teoria da História, como ela é praticada no Brasil, se apresenta como emblema desse contraste, como expressão do que os(as) intelectuais vinculados(as) às tradições acima mencionadas têm denominado “extroversão”, “imperialismo intelectual”, “dependência acadêmica”, “mentalidade cativa”, ou “metrocentrismo”. O objetivo desse artigo é pensar, a partir da realidade brasileira, a geopolítica de produção e consumo da Teoria da História. Para tanto proponho uma particular definição da categoria de *lugar epistêmico*.

Palavras-chave: Teoria da História. Historiografia. Geopolítica.

Para citar este artigo:

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o *lugar epistêmico* na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88 - 114, abr/jun. 2018.

DOI: 10.5965/2175180310242018088

<http://dx.doi.org/10.5965/2175180310242018088>

Ana Carolina Barbosa Pereira
Doutora em História Universidade de
Brasília (UnB). Professora Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
Salvador - BA - BRASIL
anabpereira@ufba.br

We need to talk about the epistemic place in Theory of History

Abstract:

The debate on the geopolitics of intellectual production has a long and respectable tradition. It is attended by intellectuals from the African continent, from the context of liberation from the colonial yoke (1950s-1970s), intellectuals who integrate the postcolonial, decolonial, and, more recently, so-called Southern theories or epistemologies. But if the question of the geopolitics of knowledge production is widely known in the context of social theories, there is a contrast in relation to the field of Theory of History. It would be possible to say that the Theory of History, as it is practiced in Brazil, presents itself as an emblem of this contrast, as an expression of what the intellectuals linked to the above-mentioned traditions have called "extraversion"; "Intellectual imperialism"; "Academic dependence"; "Captive mentality"; or "metro-centrism". The objective of this article is to think, from the Brazilian reality, the geopolitics of production and consumption of Theory of History. To this end I propose a definition of the category of epistemic place.

Keywords: Theory of History. Historiography. Geopolitics.

É prática comum entre professores(as) de todas as áreas, inclusive de Teoria da História, o repensar contínuo da bibliografia utilizada nos cursos de graduação e pós-graduação. Essa atualização da bibliografia também costuma ser acompanhada de uma revisão de objetivos e, eventualmente, de um repensar sobre estratégias de avaliação e outras questões relacionadas, estritamente, à didática e metodologia do ensino. Como os(as) demais, também eu tenho o hábito de repensar constantemente a bibliografia adotada em meus planos de curso, além das estratégias didáticas e metodológicas que os tornam executáveis.

Recentemente, no entanto, experimentei uma mudança um tanto maior na bibliografia e nos objetivos de um plano de curso de Teoria da História para a graduação. O objetivo principal era o de mobilizar um debate importantíssimo a respeito da geopolítica da produção de conhecimento, especialmente em relação à formulação de modelos teóricos. Resumidamente, propunha trazer para o domínio da Teoria da História um debate que há décadas tem sido desenvolvido no campo das teorias sociais.

A recepção da proposta entre os(as) estudantes foi, em geral, empolgante. A maior parte manifestou interesse imediato e imensa curiosidade foi despertada pelos títulos e autorias dos textos. A montagem de um quadro de seminários, a partir da escolha de temas e datas para as apresentações, se deu sem grandes dificuldades e quase nenhuma indisposição. Enfatizo o “quase” porque uma vigorosa reação destoou das demais. O desagrado de um(a) dos(as) estudantes foi manifestado de forma impetuosa, quase colérica. E sua demanda, com ares de cobrança, dizia respeito ao cânone da Teoria da História difundido entre nós no Brasil e praticamente ausente na bibliografia que eu apresentava.

Na ocasião, me lembro que a reação foi precedida por um “Professora, precisamos falar sobre seu plano de curso”. Penso que este artigo é uma resposta ao imenso desafio que me foi colocado por um público de jovens estudantes de História, conforme um movimento de aceitação e recusa da crítica à bibliografia canônica, àquela que nos habituamos a citar e utilizar como referência no Brasil.

A minha posição é a do reconhecimento de que o modo como ensinamos e desenvolvemos pesquisa em teoria da História, no Brasil, nos coloca em posição de consumidores(as) de referenciais importados, especialmente de países como Alemanha, França, Inglaterra, Estados Unidos da América e, em menor escala, Holanda e Itália. Não se trata de assumir uma postura de recusa imprudente, ou de rejeição irrefletida de um cânone, mas de perguntar como se construiu, por que e de que modo se perpetua esse cânone. O que está em questão, portanto, é a urgência em extrapolar a categoria de *lugar social* dos(as) historiadores(as) e de considerar a existência de um *a priori* epistêmico que o antecede, regula e condiciona.

Esse *a priori* epistêmico é geralmente imperceptível e contestá-lo pode soar contra o “bom senso”, pois ao mesmo tempo em que funda, também retroalimenta um conjunto de textos que se torna de leitura e citação obrigatórias. Esse *a priori* epistêmico também funciona como critério silencioso no ranqueamento das universidades, possibilitado por dispositivos de medição como as taxas de citação, contagem da produtividade acadêmica ou fator de impacto das revistas (CONNELL, 2017).

Em casos como o das universidades australianas descritos por Raewyn Connell, em que o impacto das políticas liberais é sentidos ainda mais diretamente, estes critérios definem quem permanece dentro e quem fica fora delas, quem tem e quem não tem um posto de trabalho. Nas universidades públicas brasileiras, se esses critérios ainda não ameaçam a permanência de pesquisadores(as) e professores(as) do quadro efetivo, definem a distribuição de recursos para pesquisa, o credenciamento/descredenciamento em programas de pós-graduação, o prestígio/desprestígio de pesquisadores(as) e revistas acadêmicas, dentre outras formas que, todos(as) sabem, nutrem a concorrência e muitas vezes a hostilidade entre colegas de ofício.

Começemos pelo hábito. Em uma passagem reveladora, Raewyn Connell (2011) afirma que no Brasil e na Austrália tomou-se por hábito citar autores como Foucault, Bourdieu, Giddens, Beck ou Habermas, não por se conhecermos profundamente a realidade de ambos os países. Nós os citamos, continua Connell, porque suas ideias, paradigmas e conceitos se tornaram referência nas universidades euro americanas e nós fomos formados(as) para receber instruções dessas instituições.

Basta um breve exercício de memória para substituir os nomes mencionados por Connell por outros nomes da Teoria da História com os quais estamos familiarizados(as). Desnecessário dizer que o argumento não precisa qualquer alteração. Assim, não citamos Koselleck, Hartog, Rüsen, Hayden White, Paul Veyne, Frank Ankersmit, Paul Ricoeur, Michel de Certeau, o próprio Foucault, Chris Lorenz, dentre outros, por conhecerem a realidade brasileira como ninguém! Então, por que os citamos? A pergunta é fundamental. E algo me leva a pensar que todos(as) nós, teóricos(as) da história, ao menos intuímos uma explicação para esse fenômeno. Afinal, ela não é diferente daquela apresentada por Raewyn Connell. Nós o fazemos, antes de tudo, por hábito.

Hábito é também o ponto de partida de Syed Hussein Alatas (1972) para caracterizar a *mentalidade cativa* de intelectuais do sudeste asiático, marcada pela prática da imitação acrítica de modelos teóricos de origem europeia e estadunidense. Segundo Alatas (1972), a dinâmica imperial forjou nos países subdesenvolvidos um hábito de imitação que permeia praticamente toda a atividade intelectual e científica. Esse padrão incide sobre a produção do conhecimento desde a formulação do problema de investigação, passando pela análise, abstração, generalização, conceitualização, descrição, explicação e interpretação dos dados.

Um outro conceito poderoso, desenvolvido pelo mesmo autor, é o de *imperialismo intelectual* (ALATAS, 2000). Longe de atuar em apenas um domínio da experiência, o imperialismo para Alatas deve ser pensado como um *cluster* e, portanto, como prática pluridimensional de poder e dominação. Nesse caso, a dimensão intelectual do imperialismo, isto é, a dominação de um povo sobre o outro no plano do pensamento, é por ele entendida como um efeito do imperialismo direto, sobretudo de caráter político e/ou econômico (ALATAS, 2000).

Na esteira de Syed Hussein Alatas, seu filho Syed Farid Alatas (2008) desenvolveu uma *teoria da dependência acadêmica*. Segundo essa teoria, a dependência acadêmica opera em dois níveis, um estrutural e outro intelectual. No primeiro caso, a solução para a dependência envolve consciência, vontade e determinação de dirigentes, administradores, burocratas e outros atores políticos, sem os quais é impossível dismantelar essa estrutura de dominação. No segundo caso, a ruptura é uma questão de autonomia individual.

Em ambos os casos, para romper com a dinâmica da *dependência acadêmica* é preciso, antes, entender como ela funciona. Dependência de ideias, de financiamento para pesquisa, de investimentos na educação, de treinamento nas universidades nortecentrals, dentre outras, evidenciam uma complexa e intrincada estrutura de poder. E é no nível das ideias que Alatas deposita suas maiores expectativas. Isso se deve, em parte, ao fato de enxergar nessa dependência uma realidade compartilhada por todos os países do Sul, que em diferentes épocas foram submetidos à violência colonial empreendida pelo

Ocidente. Algo como uma resistência coletiva, motivada pela autonomia intelectual e individual, parece nutrir as expectativas de Alatas.

O otimismo de Farid Alatas, nesse sentido, se alimenta da noção de autonomia dos intelectuais como potencial de superação da *dependência acadêmica* no plano das ideias e, por consequência, do que Hussein Alatas já havia diagnosticado como *mentalidade cativa e imperialismo intelectual*. Nessa direção, a dependência acadêmica é algo que se resolve combatendo o eurocentrismo nos currículos, o que implica investir na criatividade, na valorização do conhecimento autóctone e na superação da dicotomia sujeito-objeto que restringe a posição de sujeito ao Ocidente, restando às demais realidades do globo a estrita condição de objeto (ALATAS, 2008).

De modo semelhante, Paulin Hountondji (2009), crítico da tradição ocidental da filosofia da consciência, assinala a necessidade de se opor à *extroversão* da produção acadêmica em África. Com essa terminologia, Hountondji descreve a atividade científica orientada para o exterior, voltada para a satisfação das necessidades teóricas de intelectuais ocidentais e, portanto, destinadas a responder às perguntas que são postas por eles e também por eles debatidas nas línguas europeias que funcionam como veículo de expressão científica que tendem, ainda, a reforçar a alienação e o isolamento de intelectuais que não as entendem (HOUNTONDJI, 2008, p. 128).

Não por acaso, Hountondji denuncia os chamados *estudos africanos* praticados nas universidades europeias e norte americanas que, especialmente no campo filosófico, há séculos reproduzem o pressuposto da inconsciência dos africanos nativos e consequente incapacidade de organização de seu próprio sistema ontológico. Rebatizando-os de *estudos africanistas*, Hountondji é um exemplo importantíssimo de postura combativa em relação à prática acadêmica *extrovertida*, tão comum em África como em outras partes do que tem se convencido chamar Sul Global.

O quadro descrito parece exigir que examinemos como e por que um pequeno conjunto de textos extrapola fronteiras continentais e se converte em leitura obrigatória em todos os cantos do globo. Em um texto recentemente publicado, Ramón Grosfoguel (2016) formulou algumas perguntas que seguem nessa direção e as explicações históricas

que ele oferece para esse fenômeno, conforme a perspectiva decolonial, têm relação com a violência da experiência da Modernidade/Colonialidade. A exemplo, o autor pergunta:

Como é possível que o cânone do pensamento em todas as disciplinas da ciências sociais e humanidades nas universidades ocidentalizadas (Grosfoguel, 2012) se baseie no conhecimento produzido por uns poucos homens de cinco países da Europa Ocidental (Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos)? (GROSFOGUEL, 2016, p.26)

Ou ainda:

Por que o que hoje conhecemos como teoria social, histórica, filosófica, econômica ou crítica se baseia na experiência sócio histórica e na visão de mundo de homens destes cinco países? (GROSFOGUEL, 2016, p. 27)
 Como é que no século XXI, com tanta diversidade epistêmica existente no mundo, estejamos ancorados em estruturas epistêmicas tão provincianas camufladas de universais? (GROSFOGUEL, 2016, p. 27)

Para Grosfoguel, esse fenômeno tem origem em quatro diferentes experiências históricas de genocídio praticado pela Europa Moderna durante “o longo século XVI” (GROSFOGUEL, 2016). Referindo-se à conhecida formulação de Enrique Dussel (1994) sobre o *ego conquiro* como antecedente histórico do *cogito* cartesiano, Grosfoguel identifica uma lacuna entre “conquistar” e “conhecer”. E para preenchê-la propõe a categoria mediadora de *ego extermino* como condição sócio histórica estrutural que conecta a experiência da conquista da América à formulação da máxima cartesiana (GROSFOGUEL, 2016).

Os quatro genocídios/epistemicídios que gestam o *ego conquiro* e o *ego cogito* europeus envolvem a ofensiva contra judeus e muçulmanos na conquista de Al-Andalus, contra os povos nativos da América e da Ásia, contra os povos africanos submetidos à condição de escravidão nas Américas e contra as mulheres europeias queimadas vivas sob acusação de bruxaria. Com a categoria *ego extermino*, Grosfoguel identifica uma conexão entre os quatro eventos, ao mesmo tempo em que a delimita como a origem da estrutura epistêmica do “sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista” (GROSFOGUEL, 2011, apud GROSFOGUEL, 2016).

Esses quatro genocídios, que são também e simultaneamente quatro epistemicídios, formam as bases sobre as quais se constrói o privilégio epistêmico dos homens ocidentais. A expansão colonial iniciada no emblemático 1492 é, em resumo, a origem de uma episteme racista/sexista que opera até os dias de hoje nas universidades ocidentalizadas, por meio dos textos canônicos fundacionais das disciplinas de ciências sociais e humanidades, bem como a descendência direta destes textos.

Em diálogo com todas essas perspectivas e mediante o rico instrumental teórico-conceitual que oferecem, estou de acordo com Raewyn Connell quanto a considerar o processo de produção de conhecimento como uma dentre outras formas de trabalho (CONNELL, 2011). Ao compreender a produção do conhecimento como *trabalho intelectual*, somos levados(as) a perceber as complexas relações de poder que o envolvem, notadamente as que decorrem da divisão social, sexual e racial do trabalho e que remontam à experiência colonial iniciada no século XVI e aprofundada no século XIX.

Essa divisão é observável em cada etapa do processo de produção do conhecimento, conforme a atividade de coleta de dados, processamento teórico desses dados e disseminação/aplicação dos seus resultados (CONNELL, 2011). Essa dinâmica obedece, evidentemente, a uma geopolítica do poder em que se observam as assimetrias entre centro e periferia, replicando a mesma dinâmica de dependência colonial entre metrópole e colônia. Foi pensando sobre esta assimetria que Raewyn Connell (2011) chegou ao conceito de *metrocentrismo* para nomear o fenômeno da divisão imperial do trabalho intelectual.

Ao considerar que toda teorização e criação de conceitos reificam, em alguma medida, determinadas experiências sociais, Connell argumenta que as teorias produzidas pela metrópole reificam as experiências sociais do Norte e as projetam para o restante do mundo como se fossem experiências universais. O conceito de metrocentrismo sintetiza esse processo complexo e sofisticado de universalização da experiência euro-americana e de consequente indiferença em relação às experiências sociais que contestam esse universalismo. Efeito disso, o metrocentrismo do Norte projeta sua sombra para as universidades do Sul, dando origem a um comportamento servil em relação às autoridades intelectuais do Norte. (CONNELL, 2011)

Este diagnóstico feito por Alatas (1972, 2000), Hountondji (2009), Connell (2011), Alatas (2008) ou Grosfoguel (2016) sobre a realidade das ciências sociais praticadas nos países do Sul também espelha a dinâmica de produção e consumo da Teoria da História no Brasil. Também, por aqui, habituamo-nos a consumir referenciais teóricos euro-americanos numa relação de dependência acadêmica. Também fomos formados(as) e seguimos formando para receber instruções das instituições euro-americanas, assim como reproduzimos agendas de pesquisa norte-globais, aplicando essas referências teóricas à nossa realidade. Enfim, também por aqui seguimos fornecendo dados e consumindo modelos teóricos.

Ao considerar, contudo, tais assimetrias e principalmente a imprecisão com que *lugar epistêmico* vem sendo utilizado em alguns dos textos mencionados, proponho uma definição para essa categoria de análise tão promissora e potente. Por meio dela, talvez, possamos delinear, com alguma nitidez, caminhos próprios de enfrentamento dessa *mentalidade cativa*, dessa *dependência acadêmica* que é, também, uma realidade no domínio da Teoria da História.

Lugar Social e Lugar Epistêmico

A categoria de *lugar social*, associada ao nome de Michel de Certeau (2008) e sua análise sobre a *operação historiográfica*, é bastante conhecida entre os(as) historiadores(as) no Brasil. Ela é uma ferramenta importante que possibilita retrazar as relações de poder de caráter institucional e pessoal por sob o conjunto da produção historiográfica, implícita nas páginas dos livros de História. Todos(as) temos de reconhecer que se trata de uma categoria útil à História da Historiografia e outras abordagens sobre o ofício do(a) historiador(a) e a prática historiográfica.

Mas essa categoria, apesar do vigor, tem alcance limitado. Embora seja capaz de desvelar “a realidade de bastidores” da produção historiográfica, isto é, as relações de poder subjacentes à instituição histórica e ativas na fundação e perpetuação dos institutos, faculdades, departamentos, núcleos, grupos, sociedades acadêmicas, associações e linhas de pesquisa, a categoria de *lugar social* não afirma o *locus* (epistêmico) de enunciação (BERNARDINO-COSTA; GROSGOQUEL, 2016). A questão foi

notavelmente elaborada na seguinte passagem, extraída do artigo “Decolonialidade e perspectiva negra”, ainda que operando com outro conceito de *lugar social*:

O fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir do lugar epistêmico subalterno. Justamente, o êxito do sistema-mundo moderno/colonial reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensarem epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes. Em outras palavras, o que é decisivo para se pensar a partir da perspectiva subalterna é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento contra hegemônico (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 19).

Estou inteiramente de acordo com essa perspectiva. Uma definição da categoria de *lugar epistêmico* não poderia partir senão desse compromisso ético-político mencionado pelos autores. Por outro lado, penso ser preciso ir além da menção ao compromisso com a elaboração de um conhecimento contra hegemônico. Considero fundamental definir caminhos para sua operacionalidade. Devemos perguntar, por exemplo, mediante quais estratégias podemos marcar o *locus* de enunciação desse conhecimento hegemônico; reconstruir o processo de formação do cânone; denunciar o provincianismo travestido de universalidade; evidenciar as assimetrias não apenas no domínio da produção do conhecimento, mas também do acesso a ele.

Em outras palavras, a categoria de *lugar epistêmico* não pode prescindir de uma dimensão operacional. Ao pensar nisso, elaborei um par de procedimentos que possibilitem evidenciar a localização geopolítica oculta em modelos teóricos hegemônicos e de pretensão universalista. Resumidamente, a proposta consiste em pensar a categoria de *lugar epistêmico*, simultaneamente, como compromisso ético-político, como já haviam notado Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), e como instrumento teórico-metodológico de investigação e análise.

1. Crítica ao cânone (problematizando narrativas fundacionais)

O que nos revela o pensamento canônico? Como essa forma de pensamento pode ser revelada? Experimento trazer para o campo da Teoria da História a análise de Raewyn

Connell (2012), respectiva à formação do cânone da teoria sociológica clássica. Esse experimento pode ser pensado como o mais fundamental exercício de afirmação do *locus* de enunciação. Ele consiste, basicamente, em remontar a linhagem dos textos fundacionais de uma disciplina científica e seus descendentes diretos.

Para identificar o cânone de uma disciplina, basta recorrer aos manuais de apresentação do campo, aos chamados livros introdutórios. No caso da Teoria da História, dispomos de livros e artigos que cumprem com esse objetivo, muitos dos quais escritos e/ou organizados por autores(as) brasileiros(as) nos últimos anos. Entre as publicações mais recentes, observa-se um fenômeno comum que é, no próprio título da obra, a referência direta aos historiadores ilustres, sejam eles os fundadores ou seus sucessores diretos.

A exemplo, publicados em quatro volumes, *Os Historiadores - Clássicos da História* (2012; 2013; 2014; 2018) incluem uma vasta lista de historiadores, desde Heródoto até Roger Chartier. Essa coleção se completa com uma iniciação aos historiadores clássicos da História do Brasil cuja linhagem, segundo a narrativa e disposição dos capítulos da obra, se inicia com os primeiros relatos e se encerra com José Honório Rodrigues. Outro exemplo, *Historiadores de nosso tempo* (2010) traz ao público uma lista de dezesseis historiadores(as) contemporâneos(as) de diferentes nacionalidades euro-americanas. Já *A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel* (2013), com se pode depreender, aborda historiadores desde a virada historicista à segunda geração dos *Annales*. Há ainda *Afirmção da História como ciência no século XX – de Arlette Farge a Robert Mandrou*, cuja lista inclui renomados historiadores marxistas como Christopher Hill e Edward Palmer Thompson, mas também teóricos do tempo histórico como Reinhart Koselleck, Jörn Rüsen e Hans Ulrich Gumbrecht, além do controverso Hayden White e do francês Michel de Certeau.

As tendências desses manuais de história da ciência da história não diferem substancialmente e seu objetivo, em geral, é o de tornar acessível aos estudantes de História e demais interessados(as) uma respeitável linhagem de historiadores fundadores e consolidadores do campo. Somam-se a essas publicações, outras, de autorias variadas, que aludem ao processo de escrita da História. Há também esforços individuais como o

de José D'Assunção Barros, que oferece uma perspectiva abrangente sobre o ofício do(a) historiador(a) e a história da ciência da História em numerosas publicações.

No primeiro caso, encontram-se coletâneas como *A História Escrita: teoria e história da historiografia* (2006), *A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX* (2010), *Lições de História: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX* (2013), também *História e narrativa: a ciência e a arte da escrita da história* (2016).

Como se pode observar, os últimos 12 anos, aproximadamente, foram bastante profícuos na produção de coletâneas que remontam ao longo percurso de formação da história como gênero narrativo e como ciência especializada. Também estão presentes em parte das coletâneas mencionadas uma certa agenda temática cada vez mais conhecida do público brasileiro. Em conjunto, essas obras são expressões de um processo de consolidação do campo da Teoria e História da Historiografia no Brasil, particularmente impulsionado pela criação da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), em 2009.

Afora algumas divergências, o que há de comum entre essas coletâneas de textos e excertos? É certo que há variações quanto ao ponto de partida, algumas recorrendo aos “pais fundadores” do gênero *historia* (Heródoto e Tucídides), outros aos pais fundadores da *história científica* (Leopold von Ranke, Johann Gustav Droysen, T. Mommsen, Langlois-Seignobos, dentre outros). Em todo caso, com pequenas modificações, essas obras inscrevem as raízes da reflexão histórica na Antiguidade Clássica e descrevem o processo de institucionalização da ciência da História no século XIX e, conseqüentemente a constituição de dois grandes paradigmas: o historicismo e o positivismo. Ambos os paradigmas fundacionais da disciplina histórica são apresentados como uma resposta às transformações ocorridas na Europa desde o final do século XVIII, notadamente a crise no pensamento europeu originada pelas revoluções francesa e industrial, a gestação de uma nova concepção de tempo e de história, além de uma tendência à valorização do conhecimento científico e de um otimismo alimentado pelo desenvolvimento técnico-científico.

Em geral, o que ensinam os manuais de introdução à história da ciência da história, é que destacados autores como Leopold von Ranke, Wilhelm von Humboldt, Johann Gustav Droysen, Wilhelm Dilthey, Langlois e Seignobos elaboraram um programa teórico-metodológico e uma sistematização do conhecimento histórico que resultou na disciplinarização da história, no final do século XIX. Não raro, esse momento fundacional é genericamente qualificado de “positivista”, em função de um suposto excesso de confiança metódica e busca por objetividade e imparcialidade no trato das fontes, embora muitos sejam os esforços para contestar essa interpretação, recriminada pelo simplismo.

Demarcado esse período, a linha sequencial dessa história inclui a renovação operada pelos historiadores dos *Annales*, seguida de outros paradigmas que marcaram a prática historiadora do século XX, como a Micro História, a Escola Marxista Britânica, a História Cultural, a Nova História Cultural e o Novo Historicismo. Nesse sentido, de um conjunto restrito e privilegiado de textos fundacionais da disciplina histórica, é traçada uma filiação, “uma linha direta que descende deles para nós”, como afirma Connell a respeito dos fundadores da sociologia e seus descendentes diretos (CONNELL, 2012, p. 311).

A formulação dessa lista de notáveis historiadores fundacionais da disciplina histórica, embora costume vir acompanhada de uma análise das condições políticas em que se encontravam os autores quando escreviam, pouco se referem à realidade exterior às fronteiras do continente europeu. Costuma-se, isso sim, referenciar o historicismo como parte do processo de unificação tardia da Alemanha e da tentativa de garantir os interesses germânicos na Europa, ou o desenvolvimento da escola metódica francesa como desdobramento da guerra franco-prussiana. Dificilmente, contudo, há qualquer menção sobre o cenário de disputas entre as potências europeias, consolidadas ou em processo de consolidação, por novos domínios coloniais, com destaque para o que ocorria nos domínios coloniais.

É preciso notar que esse processo de fundação da disciplina histórica se desenrola no interior da cultura imperialista europeia do século XIX. Como afirma Connell a respeito da criação da sociologia:

Os lugares onde a disciplina foi criada foram os centros urbanos e culturais dos principais poderes imperiais na grande onda do imperialismo moderno. Eles eram a “metrópole”, no termo corrente francês, para o abrangente mundo colonial. Os intelectuais que criaram a sociologia eram muito conscientes disto (CONNELL, 2012, p. 315).

Ao ter tais evidências em mente, a leitura que se pode fazer sobre a fundação e sistematização da disciplina histórica muda consideravelmente. Diante disso, fica difícil ignorar que, no contexto de institucionalização de disciplinas como a história e a sociologia, a procura por provas irrefutáveis do progresso/desenvolvimento se alimentava do contraste entre as sociedades metropolitanas e as sociedades colonizadas, ditas primitivas ou “mais primitivas”. (CONNELL, 2012) O olhar dos historiadores fundacionais era, portanto, um olhar imperial.

Se considerarmos casos de autores contemporâneos como Reinhart Koselleck e Jörn Rüsen que, intencionalmente, se dedicaram à atualização de alguns desses trabalhos fundacionais – de Dilthey e Droysen, respectivamente – a necessidade de leitura crítica dessas referências torna-se ainda mais importante (PEREIRA: 2013). Afinal, em alguma medida se atualizam também aqueles olhares imperiais, especialmente quando está em jogo a elaboração de interpretações de pretensão universalista. A crítica a esse tipo de interpretação é o objeto do segundo procedimento que aqui proponho como forma de afirmação do *locus* de enunciação.

2. crítica ao *a priori* das teorias universalistas

Um passo importantíssimo na marcação do *locus* de enunciação é, sem dúvida, a problematização do *a priori* das teorias universalistas. Problematizá-las significa denunciar o provincialismo travestido de universalidade, significa desmascarar o irreduzível particularismo destas interpretações e a sobrançeria de proclamá-las universais. Gostaria de propor esse caminho a partir de um breve estudo de caso. Me refiro à teoria da História de Jörn Rüsen, autor cujo prestígio entre os(as) pesquisadores(as) brasileiros(as) cresceu significativamente na última década, especialmente no campo da *Didática da História*.

Assim como outros, Rüsen (2001) parte de uma constante antropológica, de uma (suposta) experiência humana universal como pressuposto teórico. Pelo caráter de pressuposto estamos diante de uma assertiva que nos é apresentada sem qualquer contraste e sem qualquer preocupação com a verificabilidade de sua pertinência (empírica e teórica). Somos apenas apresentados(as) a um pequeno conjunto de pressupostos que pouco a pouco vai se dissolvendo até tornar-se quase imperceptível.

Como obra de sistematização, a *Historik*, de Rüsen (2001; 2007; 2010), disponibiliza um conjunto amplo de recursos conceituais, reflexivos e analíticos, cujo alcance é compatível com a extensão do saber histórico em sua inteireza. Tendo em vista a amplitude do projeto de Rüsen e, a rigor, de todo trabalho semelhante de síntese, seus pressupostos tendem a ecoar em cada dependência e em cada vão deste edifício teórico, cuidadosamente arquitetado. Sendo assim, o apontamento da inconsistência dos alicerces tende a abalar essa segurança e revelar a debilidade da interpretação universalista. Vejamos.

O primeiro pressuposto teórico da teoria de Rüsen (2001) nos é apresentado como uma constatação antropológica:

Pressuposto dessa definição [de consciência histórica] e pilar de toda a argumentação seguinte é a tese de que o homem tem de agir intencionalmente para poder viver e de que essa intencionalidade o define como um ser que necessariamente tem de ir além do que é o caso, se quiser viver no e com que é o caso. A consciência histórica está fundada nessa ambivalência antropológica: **o homem só pode viver no mundo**, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo **se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpretá-los em função das intenções de sua ação e paixão, em que se representa algo que não são** (RÜSEN, 2001, p. 57).

Só? Como foi que Rüsen chegou a tal conclusão? Está implícita uma longa tradição do pensamento filosófico, restrito à experiência sócio histórica do Ocidente europeu, que oculta outras metafísicas e ignora, sem cerimônia, outras epistemologias não ocidentais. Numa única passagem, Rüsen silencia quaisquer formas de vivência e de pensamento, que contrastem com essa experiência particular. É a mera presunção de universalidade a partir da projeção da própria experiência como se fosse toda a experiência humana

possível. Esse é um dos efeitos da subjetividade solipsista problematizada por Dussel (2009), essa metafísica do ego individual moderno que presume a existência de si eclipsando a existência de outros. Continuemos.

Decorre dessa pressuposição de Rüsen uma outra que é fundamental para entender os significados de *pensamento histórico* e de *consciência histórica*. Refiro-me ao princípio segundo o qual haveria, de um lado, uma unidade originária entre as dimensões de passado, presente e futuro, experimentada como uma forma de *insciência do tempo* e, de outro, a experiência de diferenciação intencional destas três dimensões, na forma de uma *consciência do tempo*. Esse binômio *insciência/consciência do tempo*, que aqui proponho como ferramenta de análise, é central para a visualização da falsa universalidade da teoria de Rüsen e para a identificação da manutenção de um princípio teleológico na concepção que o autor tem da história.

Na *Historik* de Rüsen, o duplo operador da *insciência do tempo* e da *consciência do tempo* se refere a uma diferença qualitativa na capacidade de orientação temporal. No nível desta diferença concorre uma outra, complexa e sutil, entre *pensamento histórico* e *consciência histórica*. Essa diferença é quase imperceptível e sugere uma certa ambiguidade do conceito de *consciência histórica*, ora utilizado por oposição a *pensamento histórico*, ora como seu correlato.

Ao considerar essa ambiguidade, talvez seja melhor concentrarmos não na definição de *consciência histórica*, mas em sua dimensão ativa, isto é, naquilo que ela realiza. E nesse sentido, cabe perguntar pelos resultados que ela produz. Afinal, se as operações realizadas pela *consciência histórica* são descritas por Rüsen em diversas passagens, muito mais difícil é encontrar uma síntese a respeito daquilo que ela é.

Dito isso, podemos entender porque não se deve ao acaso a apresentação deste conceito vir sempre acompanhada de informações adicionais. É por meio delas que Rüsen descreve o lugar que a *consciência histórica* ocupa na interpretação da dinâmica do *agir e sofrer humano no tempo* e, conseqüentemente, no contexto geral de sua *Historik*. Testemunhos disso, as passagens a seguir nos servem de indício desta dimensão ativa própria à *consciência histórica*. Nas palavras do autor:

A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida (RÜSEN, 2001, p. 59).

Entendo por construção histórica de sentido a suma dos procedimentos mentais e atividades mediante as quais a experiência do passado é interpretada e apresentada como “história”. Com esta categoria descrevo, portanto, o que é a atividade da consciência histórica (RÜSEN, 2006, p. 135).

“Trabalho intelectual” ou “suma de procedimentos mentais e atividades”, a *consciência histórica* atua com a função de interpretar e apresentar a experiência do passado como “história”. Isto é, ela relaciona as experiências do passado às intenções quanto ao futuro de modo que se extrapole, temporalmente, as circunstâncias dadas da vida. A *consciência histórica*, por conseguinte, tem suas raízes fincadas naquela supostamente universal “ambivalência antropológica”: a de que sofremos todos de uma carência estrutural que nos move sempre a ir além do que é o caso num dado tempo presente.

Essa ambivalência, afirma, é uma resposta humana à ação do tempo natural experimentado como obstáculo à ação, de modo que o sujeito é forçado a lidar com as transformações de seu mundo e de si mesmo, se pretende continuar a realizar suas ações. E, uma vez que a contingência é uma constante na vida dos sujeitos, lidar com as interrupções, mudanças de curso, boas e más surpresas é também uma exigência que se faz permanentemente presente. Afinal, entre expectativa e ação, atua sempre um universo de imprevisibilidade. Mais uma vez, toda a argumentação de Rüsen se ampara na presunção de universalidade de *uma* dentre outras experiências possíveis.

Se, como afirma Rüsen, somente é possível viver no mundo se o interpretarmos em função de nossas próprias intenções e paixões, sempre ameaçadas pela ação da contingência, *consciência histórica* é também uma atividade da consciência humana em geral, uma vez que deita raízes no cotidiano da vida prática, “nas situações genéricas e elementares” do mundo da vida. Nisso consistem “o pressuposto e o pilar” de toda a argumentação de Rüsen, apresentados especialmente em *Razão Histórica* (2001). Mas isso não é tudo.

Além dos resultados produzidos pela *consciência histórica*, há outra questão, tão fundamental quanto a primeira. Trata-se do processo de desenvolvimento de suas competências. E aqui parece residir a ambiguidade entre os conceitos de *pensamento histórico* e *consciência histórica*. Como o processo de formação da *consciência histórica* é gradativo, não existindo um “marco zero” a partir do qual se desenvolve, ele se dá sempre a partir de um quadro prévio de sentido. Isso significa que ela enforma um tipo, ou manifestação específica do *pensamento histórico*.

Com outras palavras, se *pensamento histórico* serve para se referir a toda e qualquer forma de interpretação da experiência humana no tempo, incluindo as *inscientes* de sua própria natureza, *consciência histórica* serve especificamente à significação do processo de construção de sentido pela articulação intencional das três dimensões temporais. A questão fica mais nítida na seguinte afirmação de Rüsen:

A *consciência histórica* representa, portanto, uma diferenciação e uma expansão da *consciência* do tempo, realizada na tradição como orientação temporal da vida prática. Na medida em que só descobre o passado, como passado, nessa orientação, a *consciência histórica* projeta a orientação temporal da vida prática atual para trás, de forma que as lembranças possam ingressar nesta a fim de superar os déficits de orientação temporal intrínsecos à tradição, diante das novas experiências do tempo e expectativas no tempo da vida prática atual. (RÜSEN, 2001, p. 84)

Como instituidora de sentido, a *consciência histórica* serve, enfim, à elaboração de um curso de ação cujo nexos ou continuidade entre as dimensões temporais revela a atualidade da experiência passada para o presente e, conseqüentemente, para as expectativas futuras. Como essa continuidade não é dada, mas construída, o principal resultado que ela produz é o domínio intelectual da contingência. Mas para chegar a este resultado, a *consciência histórica* obedece a certas “etapas de desenvolvimento estrutural”. E estas estruturas, afirma, podem ser explicadas na forma de uma tipologia geral do *pensamento histórico*.

O curioso é que, apesar de se referir ao *pensamento histórico*, o esquema dessa tipologia recorre a quatro diferentes tipos da *consciência histórica* (RÜSEN, 2010). Nesse caso, ambos os conceitos parecem dizer absolutamente a mesma coisa. Por outro lado,

se nos atermos às “origens da consciência histórica” apresentadas por Rüsen em *Razão Histórica* (2001), veremos que o que a diferencia, fundamentalmente, do *pensamento histórico* é a tensão entre *insciência do tempo* e *consciência do tempo*.

Nesse caso, se os critérios de orientação próprios ao *pensamento histórico* são “pré conscientes”, ou “pré históricos” – o que equivale a dizer que são meros reflexos da unidade de sentido originária entre as três dimensões do tempo – os produzidos pela *consciência histórica* são “históricos”, ou seja, resultam de uma articulação intencional, cujos resultados extrapolam as chances de orientação previamente disponíveis na tradição (pré-história). E mais, se no primeiro caso orienta-se apesar da não percepção da contingência, no segundo há o domínio intelectual dela, donde se conclui que a *consciência histórica* garante, formalmente, o domínio sobre o tempo natural, promovido pela determinação de objetivos e consequente superação das condições dadas na realidade do tempo presente.

Se a interpretação do passado é sempre uma atividade *a posteriori* e, mais do que isso, é uma exigência que se faz presente sempre que os critérios prévios de sentido não são mais suficientes, a *consciência histórica* é sempre despertada por “estalos”. São aqueles momentos em que a *tradição* não mais é capaz de atribuir sentido ao presente, ou ao menos não sem passar por uma crítica de princípios e valores. São aqueles momentos em que, em síntese, (supostamente) sofremos a ação de um tempo impediante e independente da nossa vontade, a transformar nosso mundo interno e externo. E esse movimento é, nesta perspectiva, inevitável, ou seja, ele irá necessariamente acontecer e se repetir porque é da própria dinâmica da vida.

Com isso, quero dizer que a *consciência histórica*, em Rüsen, só admite uma tipologia em quatro modos por ser concebida como uma *potência* em contínuo e ininterrupto desenvolvimento. Com outras palavras, não há propriamente uma consciência histórica de tipo tradicional ou exemplar, senão uma pré-história do agir que, em algum momento, tende a ser submetida à crítica. Nas palavras de Rüsen:

Nessa pré-história, o passado ainda não é, enquanto tal, consciente, nem inserido, com o presente e o futuro, no conjunto complexo de uma “história”. Impossível, portanto, querer antecipar e localizar nessa

síntese originária das três dimensões temporais, nessa pré-história dos feitos, todos os resultados interpretativos da consciência histórica, de forma que não lhe sobrasse espaço algum para realizar uma apropriação consciente do passado, reflexiva, interpretativa, pois, no âmbito das referências de orientação da vida prática contemporânea (RÜSEN, 2010, p. 74-75).

Ao admitir a crítica como prerrogativa de seu próprio campo e modo de atuação, a *consciência histórica* não poderia, efetivamente, ocupar um lugar ou desenvolver uma atividade que não fosse, por princípio, a superação do tradicional e do exemplar. É por esse e não por outro motivo que a *consciência histórica* significa expandir a consciência do tempo.

Em síntese, pensar historicamente significa, para Rüsen, construir sentido sobre a experiência e “sentido” só pode ser construído mediante operação da *consciência histórica*. Nesse caso, a *consciência histórica* é entendida como “operação mental” ou “trabalho intelectual” comum a todo *pensamento histórico*. Por outro lado, quando o que está em questão são os resultados que ela produz, *consciência histórica* se difere do *pensamento histórico* em geral na medida em que assinala uma expansão da consciência do tempo. Em poucas palavras, *consciência histórica* ora serve para se referir a uma operação genérica e elementar do *pensamento histórico*, ora para se referir aos resultados de seu pleno desenvolvimento.

Para simplificar, é possível dizer que a *consciência histórica* tem duas dimensões: a) uma *dimensão ativa* (potência), relacionada àquilo que ela realiza, portanto, à construção *histórica* de sentido; b) e uma *dimensão processual* (estrutura), correspondente ao desenvolvimento de suas competências, portanto, pertencente ao domínio da formação (*Bildung*). Em conjunto, o que ambas as dimensões revelam é a realização plena desta *potência* que é a *razão histórica*.

A *Historik* de Rüsen, nesse sentido, não pode ser compreendida sem o reconhecimento de uma racionalidade especificamente histórica. Afinal, a *razão histórica* é concebida por ele como fundamento antropológico de todo *pensamento histórico* (*tradição*), e seu alcance se deve à pressuposição de uma universalidade da experiência humana de construção e perda de sentido.

Se, como afirmou Pedro Caldas (2004, p. 44.), “sempre se pode falar em teleologia quando se verifica um descompasso entre o desenvolvimento e a consciência deste mesmo desenvolvimento”, temos o direito de chamar *teleologia* mesmo quando esta admite a liberdade de ação. Com outras palavras, ainda que presuma conteúdos variáveis, a teoria da história de Rüsen permanece teleológica porque reafirma a necessidade de um sentido para o devir histórico, ainda que este não seja predeterminado e sofra a exigência de constante reelaboração.

A teleologia resulta da relação mimética (supostamente) existente entre tempo natural e tempo histórico, ou *consciência histórica*. Ao pontuar a manutenção de um viés teleológico na perspectiva de Rüsen a questão está menos em negar a natureza ontológica do tempo do que em evidenciar o modo como esta ontologia é invocada em direção à elaboração de uma espécie de “segunda natureza” ou “ontologia artificial”. (BUTLER, 2014)

Esse processo pode ser percebido pelo reencontro entre “tempo natural” e *consciência histórica*, cujo primeiro passo é o reconhecimento da ação da contingência sobre o sujeito, e o segundo o domínio da imprevisibilidade do tempo pela projeção utópica do futuro. O reencontro se processa pela identificação desta “segunda natureza” (*consciência histórica*) como coincidente ao processo de tomada de consciência da realidade do tempo “em si mesmo”. Por esse motivo, *história* se confunde com o *continuum temporal*, ou se preferir, confunde-se com a descoberta e conscientização de uma realidade que é pressuposta desde o princípio.

Diante disso, cabe-nos perguntar sobre possíveis desdobramentos da pretensão de universalidade de modelos teóricos como o fornecido por Jörn Rüsen. Em linhas gerais, penso que a crítica ao *a priori* de teorias como esta deve ser feita para evitar o que Chimamanda Adichie (2009) denominou o “perigo de uma história única”, em uma conferência memorável sobre sua trajetória como leitora e escritora literária. Essa crítica deve funcionar como antídoto às narrativas solipsistas e de forte teor epistemicida. Ela também deve impedir a perpetuação da dicotomia sujeito-objeto que reproduz as assimetrias e hierarquias entre formas de conhecimento, como a problemática distinção entre “saberes” e “epistemologias”, ou “cultura” e “pensamento científico”. Ela deve,

enfim, interromper o circuito de perpetuação desta estrutura geopolítica que opõe o Centro como proeminente lugar de elaboração das teorias e a Periferia como lugar de coleta de dados e aplicação de resultados (CONNELL, 2011).

Considerações Finais:

Depois desse excursus sobre a geopolítica da produção intelectual, é importante perguntar sobre as possibilidades de superar os limites da dependência. Algumas sugestões podem ser encontradas nos trabalhos já mencionados na primeira parte deste texto, respectivos às teorias sociais. No mesmo campo também podemos encontrar caminhos promissores na abordagem de Marcelo Rosa (2015), especialmente a proposta de elaboração de uma “sociologia não-exemplar”.

No caso da teoria da História, temos um desafio anterior, pois diferente da realidade das ciências sociais, estamos falando de uma discussão que nós ainda não fizemos. Nesse sentido, antes de pensar em superar a dependência, nosso campo exige que enxerguemos e problematizemos a dependência. Essa é, inclusive, a minha justificativa para estas reflexões teóricas mediante a mobilização deste debate sobre a geopolítica da produção intelectual, recorrendo às teorias sociais críticas da dependência acadêmica.

Um passo importante neste debate tende a ser dado mediante o conhecimento de uma bibliografia riquíssima que possibilita contrapontos à teoria da História de caráter universalista. Para ficar com o mesmo exemplo, Rüsen tem sido utilizado como referência teórica incontestada em diversas pesquisas referentes à Didática da História. Alguns de seus livros mais recentes que aproximam o debate sobre o novo humanismo e a comunicação intercultural já foram traduzidos para o português e seguem influenciando as pesquisas naquele campo.

Que impacto, contudo, teria sobre tais pesquisas o conhecimento de outras abordagens como as desenvolvidas por intelectuais latino-americanos(as) sobre educação intercultural em perspectiva crítica, como as propostas de Fidel Tubino (2002) e Catherine Walsh (2007)? Ou, ainda, que impactos teriam o conhecimento de propostas

pedagógicas formuladas no interior do Movimento Negro Brasileiro, como é o caso da Pedagogia Interétnica de Salvador (1978), estudada por Ivan Costa Lima (2004)?

Outro caminho promissor é, sem dúvida alguma, ouvir as demandas estudantis. Quantos(as) de nós, professores(as), não fomos confrontados por estudantes que questionam uma bibliografia que não investe na diversidade de perspectivas com recorte de gênero e raça, por exemplo? Quantos(as) de nós ouvimos essas demandas, modificamos a bibliografia e investimos em novas leituras? Tudo isso requer, antes de tudo, uma mudança de hábitos.

Nós somos diariamente bombardeados(as) com convites para mudar determinados hábitos se quisermos garantir uma vida melhor. Esses convites são feitos por médicos(as), familiares e até desconhecidos que se sentem no direito de chamar nossa atenção para a importância de parar de fumar, perder peso, comer alimentos orgânicos, reduzir o açúcar ou praticar exercícios físicos. Esses convites são geralmente incômodos, às vezes inconvenientes e podem, ainda, ser invasivos. Não precisamos concordar com eles, podemos inclusive boicotá-los deliberadamente em sinal de resistência. Quem não o faz?

Fenômeno parecido ocorre com o trabalho intelectual. Temos hábitos profundamente arraigados e nem sempre queremos ou somos capazes de mudá-los. A decisão de mudar deve ser sempre fruto de uma escolha, de uma escolha epistêmica. O que, contudo, me parece fundamental, é ter ciência das relações geopolíticas geralmente invisíveis em nossas referências bibliográficas. Algo como “saber a procedência” do que nos alimenta e, preferencialmente, privilegiar o que preparamos nós mesmos de acordo com nossas próprias necessidades, recorrendo a uma infinidade de ingredientes disponíveis. Em resumo, importante mesmo, me parece, é superar a subnutrição epistemológica e metafísica, investindo em um cardápio mais diversificado.

Referências

- ALATAS, Syed Farid. Intellectual and structural challenges to Academic Dependency. **International Sociological Association e-bulletin**. n.9, mar., 2008.
- ALATAS, Syed Hussein. Intellectual imperialism: definition, traits, and problems. **Southeast Asian Journal of Social Science**, v.28, n.1, p.23-45, 2000.
- ALATAS, Syed Hussein. The captive mind in development studies: some neglected problems and the need for an autonomous social science tradition in Asia. **Int. Soc. Sc. J.**, v.XXIVn.1, 1972.
- BENTIVOGLIO, Julio; AVELAR, Alexandre de Sá (orgs.). **Afirmção da História como Ciência no Século XX**: de Arlette Farge a Robert Mandrou. Petrópolis: Vozes, 2016.
- BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. **A Constituição da História Como Ciência** - de Ranke a Braudel. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL. Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**. v.31, n.1, jan./abr., 2016.
- CALDAS, Pedro Spinola Pereira. **O que significa pensar historicamente**: uma interpretação da teoria da história de Johann Gustav Droysen. 2004. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História. 2004.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**; trad. Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Amo Vogel – 2.ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.27, n.80, 2011.
- CONNELL, Raewyn. O Império e a criação de uma ciência social: dossiê saberes subalternos. **Contemporânea**. v.2, n.2, p.309-336, jul./dez., 2012. ISSN: 2236-532X
- CONNELL, Raewyn. Usando a teoria do sul: descolonizando o pensamento social na teoria, na pesquisa e na prática. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), pp. 87-109, 2017.

Precisamos falar sobre o *lugar epistêmico* na Teoria da História
Ana Carolina Barbosa Pereira

DUSSEL, Enrique. *Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula.

Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

DUSSEL, Enrique. **El encubrimiento del outro**: hacia el origen del mito de la modernidad. 3.ed. Quito: Ediciones ABYA-YALA, 1994.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo/ epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI.

Revista Sociedade e Estado – Volume 31 nº 1 Janeiro/Abril 2016.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimentos de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

LIMA, Ivan Costa. **Uma proposta pedagógica do movimento negro no Brasil**: pedagogia interétnica de Salvador, uma ação de combate ao racismo. 2004. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

MALERBA, Jurandir (Org.). **História & Narrativa**: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Vozes, 2016.

MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história**: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Rio de Janeiro-RJ: FGV, 2013.

MALERBA, Jurandir. **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto. 2006.

MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **A História pensada**: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

MUNHOZ, Sidnei; LOPES, Marcos Antônio. (orgs). **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010.

PARADA, Maurício (org.). **Os historiadores**: clássicos da história, vol. 1: de Heródoto a Humboldt. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2012.

PARADA, Maurício (org.) **Os historiadores**: clássicos da história, vol.2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2013

Precisamos falar sobre o *lugar epistêmico* na Teoria da História
Ana Carolina Barbosa Pereira

PARADA, Maurício (org.) **Os historiadores:** clássicos da história, vol.3: de Ricoeur a Chartier. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2014.

PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada. **Os historiadores:** clássicos da história do Brasil, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2018.

PEREIRA, Ana Carolina B. **Na transversal do tempo:** natureza e cultura à prova da história. 2013. Tese (doutorado em história) -Universidade de Brasília, Programa de Pós Graduação em História, 2013.

ROSA, Marcelo C. A África, o Sul e as ciências sociais brasileiras: descolonização e abertura. **Revista Sociedade e Estado.** v.30, n.2, p. 313-321, maio/ago., 2015.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica:** teoria da história – fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Brasília. 2001.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado:** teoria da história 2 – os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. **História Viva:** teoria da história III – formas e função do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. “Historische Sinnbildung als geschichtsdidaktisches Problem”. In: RÜSEN, Jörn. **Kultur macht Sinn:** Orientierung zwieschen Gestern und Morgen. Ort: Koln. Verlag: Bohlau Verlag Koln. Jahr, 2006.

TUBINO, Fidel. Entre el multiculturalismo y la interculturalidad: más allá de la discriminación positiva. In: FULLER, Norma (Ed.): **Interculturalidad y política:** desafíos y posibilidades. Lima: Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2002. p.51-76.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, colonialidad y educación. **Revista Educación y Pedagogía,** v. XIX, n. 48, mayo/ago., 2007.

Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História
Ana Carolina Barbosa Pereira

Recebido em 15/12/2017
Aprovado em 19/05/2018

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH

Revista Tempo e Argumento
Volume 10 - Número 24 - Ano 2018
tempoeargumento@gmail.com